

História e a ideia de “Passagem” ou “Transição” da sociedade feudal à moderna sociedade capitalista: Reflexões e Tensões

d.o.i. 10.13115/2236-1499v2n19p160

Josualdo de Meneses Silva - UPE¹

Resumo

A presente proposta apresentada por este texto tem por pretensão, contribuir para o debate que aparentemente em torno da ideia de transição ou passagem, parece esgotada. Essa preocupação se define pela da desconfiança do excesso de uso do termo e da imprecisão e incapacidade que o mesmo termo nos fornece na elucidação do tema. Para essa discussão nos servimos de alguns autores que entendemos que auxiliam a nos aproximar de uma ultrapassagem dessa dificuldade que mais atrás foi exposta.

Palavras-chave: transição de passagem, antropologia, sociedade feudal, capitalismo.

Abstract

The present proposal presented by this text is intended to contribute to the debate that seems to have been exhausted, apparently on the idea of transition or passage. This concern is defined by the mistrust of the use of the term and the imprecision and incapacity that the same term provides us in the elucidation of the subject. For this discussion we use

¹ Professor assistente da Universidade de Pernambuco, campus Garanhuns.
Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018

some authors that we understand that help us to approach an overcoming of this difficulty that was exposed above.

Keywords: transition, anthropology, feudal society, capitalism.

1. Uma gênese do ofício

Em nosso ofício uma conversa inicial é necessária. Para este tópico carece antes de tudo de um esclarecimento. Um pouco de história e memória enreda esse texto. O artigo aqui exposto na sua integralidade é o resultado de uma vivência de um programa de educação.

Como professor da universidade, conveniada pelo Estado, fui integrado ao projeto. A Universidade de Pernambuco-UPE participou como parceira do programa do governo do Estado, conhecido por Pro-jovem. O objetivo era a formação de professores jovens do campo – “Pro-jovem, saberes da terra”, vindo a envolver parcela significativa do seu corpo docente. Nele os jovens se apropriariam de elementos conceituais para a compreensão de um dos temas do módulo da formação que recorria à história cujo tema “A Transição do Feudalismo para o Capitalismo” devia ser vivenciado. A proposta era levar o grupo de jovens professores compreenderem como se deu a chegada de uma

forma social de vida histórica, o capitalismo, saindo de outra o feudalismo europeu numa escala de espaço constituído e territorialmente demarcado. Opiniões chocaram-se. O coletivo dos professores acadêmicos, multidisciplinar, nele, gera-se um clima de opiniões divergentes em função de seus territórios e domínios, pois muitos deles não tinham familiaridade com o assunto. Foi sugerida, então, a constituição de um grupo mais afeito para montar o tema que atendesse as especificidades das áreas. Outra babel e a coordenação resolve que o tema será conduzido da forma a simples possível.

Foi das observações desse quadro resumido, que me senti inquieto e no desejo de discutir a ideia de transição sobre o tema e contribuir para o debate. Pois nele se falava muito, e indagava-se, que entendimento teríamos sobre transição?. Entretanto, ressalvese de antemão que, o assunto no seu conjunto será sacrificado dado ao exíguo espaço.

2. A ideia de transição: História e reflexão para além das controvérsias

Certa vez o pesquisador e sociólogo, também historiador, Samuel Sérgio Salinas (1987), então consultor das Nações Unidas, afirmou que saber o que poderá vir acontecer, lá adiante no futuro, nos leva à busca do tempo pretérito, ou seja, buscar o acontecido lá atrás.

Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018

Sintetizando, assim ele se expressa: “A única resposta para o que vai acontecer está no que já aconteceu” (SALINAS, 1987, p. 3-4). Também é verdade que, a maioria dos historiadores concorda que, “a história é sempre contemporânea”. Talvez isso seja porque, os historiadores são produtos do seu próprio tempo, e fazem sempre perguntas do seu tempo. A emergência dos eventos são testemunhos de um tempo de uma coletividade ou mesmo de uma dada sociedade.

Acontecimentos pretéritos chegam até nós, tanto pela oralidade, quanto por outras fontes, mais que intercedidos pelo trabalho realizado pelo historiador. Nesse sentido, o historiador é sempre “um sujeito do seu tempo”. Produto do seu tempo, ele fará perguntas novas ao passado. Entendendo desse modo, o caráter como esse profissional se porta e orienta sua ação, ante das contingências históricas, é que Vavy Pacheco (1993) propõe que a história não é portadora da verdade última, presta-se a minimizar ao máximo, a carga de erros. Ou seja, errar menos é a tarefa do historiador em seu ofício².

Declinadas essas ideias, migremos para outra estante da história. Pensar um pouco o conceito de “transição”, muito usual

²PACHECO, Vavy. O que é História. São Paulo: 2. ed. rev. Ed. Brasiliense, 1993, 83p.

na análise da ideia de ‘Passagem da Sociedade Feudal à Sociedade Moderna Capitalista’. Refletir sobre o tema proposto cabe, todavia, a advertência quanto ao uso desse substantivo “transição”, pois o mesmo trás implicações semânticas seriíssimas. Nele encontra-se um conjunto de sinônimos como andar, caminhar, circular, trafegar etc. Transição, pois, vem do verbo transitivo, “transitar”. Ora, o que transita, seja qual móvel for se deslocará de um ponto a outro. De um estado de coisas outro, de uma condição a outra. Mais o que liga um ponto a outro, é uma sucessão tensa de outros estados de coisas, de outros pontos, sempre contemporâneos. Logo, transição nos dá ideia de movimentos, de ultrapassagens, sempre contemporâneas as subsequentes. Movimento implica o dinâmico, em amplo sentido dialético do todo e das partes do fenômeno.

A vida dos homens em sociedade, dialética e historicamente, são como nas sinapses neuronais. Transmite reciprocamente, nos intervalos entre os pontos referidos de tensão, sinais, informações comunicacionais em escalas micro e macro. Algumas dessas informações, muito rápidas e curtas, outras de média e também de longa duração âmbito social. Inscritas nelas, encontram-se memórias individuais e coletivas, memória histórica e ambiental, representações de mundos, costumes, hábitos, tradições, crenças, formas de trocas, mais também de poder. Também de propriedade, de trabalho, de produção e consumo. A

Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018 164

ultrapassagem de todos os pontos sinápticos implicará movimentos tensos em seu interior. Isso afetará no conjunto, o seu todo. Mas o conjunto tende a dilatação, gera novas tensões, dando novos inícios e novas transições.

Tomando o fator produtivo de uma época “x”, de uma sociedade, este recorte não nos dará teoricamente o eco desejado. Não se refletirá na compreensão de curta, média e longa duração. As sinapses não se efetivarão na ausência dos seus reflexos. Pensemos na ideia de um bem patrimonial, ficando de fora do recorte do nosso exemplo. O patrimônio cultural pretérito, de uma sociedade dada, terá sido jogado fora, semelhante ao se jogar o bebe com a própria água do banho e o todo emergirá refratado. Uma época é sempre contemporânea a sua precedente. O patrimônio cultural de uma época encontra-se no ponto sináptico de intercessão no germen de outra, onde se dará nova culminância. Nesse instante, as durações trançam-sedando calço à sucessão dos eventos (pontos de tensão novos) para novo tempo histórico. A propósito disso, na sucessão se dará uma inflação de tempo no outro tempo. Isso não decorre exclusivamente da riqueza econômica no seu processo de produção, mais quando a vida infla historicamente em todos os seus níveis sociais. Lembrado por Kujawski (1991), “A *riqueza* não se restringe [...] – como não se restringiu nunca – à expansão meramente econômica, e sim a

Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018 165

dilatação da vida em toda sua órbita total [...] O fim de uma época, ou de uma longa duração implica, portanto, a ideia de dilatação da vida”(Kujawski, 1991, p. 19).

Continua Kujawski (1991) comentando a noção de “transição” no contexto da modernidade reportando-se ao livro intitulado *Una interpretación de la historia universal* de Ortega y Gasset, filósofo espanhol⁽³⁾ que reage concordando:

[...]Ortega retoma o tema modernidade, a propósito das transições experimentadas por Roma. Ele coloca, então, sua tese fundamental de que a substância da modernidade está no fenômeno do *enriquecimento*, tomado este conceito não só no sentido econômico, mas, primária e essencialmente, enriquecimento vital, isto é, superabundância de possibilidades de vida [...](Kujawski, 1991, p. 19).

Controvertido ou não, noutras palavras, a riqueza ou o enriquecimento, não decorre no sentido da acumulação material, prioritariamente pessoal, no seu sentido estrito, mais no sentido social. Por isso,

Chamo, pois, formalmente, riqueza ou enriquecimento o fato de que o homem se encontre perante possibilidades de vida superabundantes em comparação coma que possuía antes, e uso este nome de que, talvez, algum dia lhes conte a história, já que encerra um complicado, mais sugestivo desenvolvimento etimológico e linguístico, o qual se

⁽³⁾KUJAWSKI, Gilberto de Mello. A Crise do Século XX. São Paulo: 2. ed., Ed. Ática, 1991, 205p.

pode resumir, em definitivo, em que o sentido próprio e primário de ‘riqueza’ não se refere ao econômico, e sim, precisamente, à riqueza da vida total. O sentido econômico é secundário e derivado (GASSET, apud, Kujawski, 1991, p. 19).

Em todas as épocas históricas, o enriquecimento de uma classe, e seu proporcional privilégio, existiu. Isto fazia desse seguimento classista, o grupo gestor da sociedade. Fica claro no exemplo clássico do senado romano. A produção de privilégios era proporcional à produção de riqueza expropriada ao trabalho escravo. Portanto, a cultura de uma época, forjada assim, faria com que a estrutura mental se ajustasse a mesma. As cabeças pensantes de homens de negócios, das letras, artes, e ciências em geral, refletiriam o seu tempo. Ao final dos últimos suspiros do mundo romano, os homens que pensavam a época flamejaram, os tempos estão muito confusos. Possivelmente já estavam vivendo a “transição”. A projeção disso pode ser sentido adiante na sociedade feudal. A igreja inscrevia na memória coletiva as “tréguas de Deus” para os conflitos feudais, entre os senhores da terra. Seria então uma solução arranjada para tais conflitos ⁽⁴⁾.

Uma questão sináptica se impõe: por que as guerras feudais privadas seriam um sinal dos tempos? Insuspeitável, não se pense

⁽⁴⁾SALINAS, Samuel Sérgio. Do Feudalismo ao Capitalismo: Transições. São Paulo: Editora Atual, 1987, 63p.

que outras dimensões do social, a tensão e os conflitos desse tempo não agissem como elementos sinápticos. Essas guerras denunciavam a fragilidade do modelo de sociedade vigente⁵. Implicitamente era preciso haver também, uma guerra cultural e técnica. É possível imaginar o trabalho de experimentação de produção da liga metálica para a fundição de armaduras, a renovação e o aperfeiçoamento do produto. Mais metais eram consumidos no uso efetivo dessa arma de defesa. O emprego de cavalos exigia mais apuro genético e assim por diante.

Arcos e flechas exigiam maior empenho para a produção, e a qualidade, tanto quanto dos arqueiros. Todo consumo em atender a logística das guerras, possivelmente demandava homens, o que fragilizava os campos e a produção de víveres e outros suprimentos. Diante disso tudo, não havia planejamento no modo feudal de produção? Engana-se se assim pense.

As pesquisas encontraram um jargão da época que define a economia feudal: “*Uns rezam, outros guerreiam, enquanto outros trabalham*”. Encontraria a época, o quadro dos que rezam um difusor de tensão, distensionado pela inflação de novas ideias religiosas? A cavalaria por seu lado reproduzia fato semelhante? A

(5)~~~~~. Do Feudalismo ao Capitalismo: Transições. São Paulo: Editora Atual, 1987, 63p.

inflação de ideias cria novos pontos de tensão. Ao se pensar em transição, havia um amplo quadro de contradições, noutras esferas da sociedade feudal, como noutra sociedade de classe qualquer que operam e estimulam as mudanças. Desse modo, o reducionismo econômico perde sua potência exclusivista. Todo esse exposto, não sugere que estejam superadas as divergências quanto à forma de abordagem e as posições sobre a temática. A modesta contribuição enquadra-se no caleidoscópio das velhas e novas discussões historiográficas que se arrastam sobre o terreno do feudalismo para o capitalismo, tanto lá fora, quanto aqui no Brasil, quando aqui no nosso caso envolve a discussão sobre o modelo escravista de produção, e a substituição deste pela produção capitalista.

3. Do escravismo ao feudalismo: Eixos transitórios

Circunscrito ao contexto da economia feudal, os laços de dependência que reúnem servos e senhores feudais, não podem ser compreendido sem se considerar o encontro sináptico do patrimônio cultural romano e o gérmen já desenvolvido do modo feudal de produção no interior do modelo do seu antecessor o escravismo clássico. Tal tensão projeta para o futuro histórico, lá adiante a nova ordem social. Quem era o servo na sociedade romana? Quem era o senhor dentro do império agonizante? Que

metamorfozes vislumbram-se quanto a isso, na sucessão temporal e espacial? Responder a essas inquietações, nos leva a evocar para isso a participação do novo mundo das Américas. Especialmente, o caso sucessório brasileiro pelo que é do conhecimento do mundo acadêmico de como se deu a chegada e utilização do trabalho.

A palavra “flexibilizar”, seu uso, talvez não seja adequado a assunto tão complexo de registros históricos como neste caso da Transição do Feudalismo ao Capitalismo. Mas convenhamos, 500 anos (século V ao X o doente terminal, o império romano), as transformações de um mundo dando lugar a novas estruturas sociais a Europa, não podem essas mudanças ocorridas serem de exclusividade do fato econômico. A estrutura mental dos homens operou mudanças, implicadas nos processos de aceitação de modos novos de convivência social. Quanto a isso, precisemos alguns eixos promotores das transformações que permitam a compreensão da chegada da sociedade ao feudalismo. Em seu início é denominado de Alta Idade Média. Esse é o nome dado para a estação no seu primeiro trecho. Dela, o trem da história largará rumo à formação das sociedades europeias.

A ideia de unidade, fundada pelo domínio de ampla área do mundo mediterrâneo, na antiguidade, pelo Império romano, a partir

dos séculos IV e V⁶, reunida em um conjunto de contradições e fatores estruturais e não estruturais, a exemplo das “migrações bárbaras” e invasões que dão início a sua fratura. Além desses eixos, o desastre romano foi progressivo. Isto quer dizer, a morte do império não foi súbita. Sua demolição, outros elementos figuram. A dependência da estrutura do império ao trabalho escravo é marcante. Talvez o mais importante de todos os eixos. À medida que se esgotava essa matéria prima que sustenta o império, a instituição mais peculiar ao modelo romano de civilização, o exército, componente que liga os membros superiores aos membros subalternos do império, não conseguia assegurar a articulação técnica entre espaço e tempo, interna e externamente do império, dado os domínios ligados a Roma e a vasta fronteira de mais de 6000 km de extensão. O território é um fato, impondo-se como grande barreira geopolítica e etnográfica. O Estado centralizado, sua máquina burocrática de decisões precisando atender a gigantesca capilaridade sociocultural diversa, era outro grande obstáculo. Toda área de domínio do império formava um conglomerado de rica diversidade cultural. As demandas a tudo isso, impunha um peso intenso de custos e controle elevados e mantidos pela espinha dorsal do império, o exército.

⁶O período assinalado, já faz parte da cronologia Era Cristã.
Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018

É difícil acreditar ainda hoje que amplo quadro da sociedade contemporânea pense a África como um grupo humano homogêneo. Homogeneidade na crença, nos cantos e danças, o mesmo ritmo e um único grupo linguístico. Semelhantemente é fato, muita gente vem dos bancos escolares pensando desse modo, quando o assunto também é a Idade Média. Quando estudantes, curiosos, e o público em geral referem-se à Idade Média, influenciados, talvez pelo cinema, pensam imediatamente na Europa. Divergente desse pensamento, Aquino (1980), diz que “A Idade Média comportou sociedades diferentes, com dinâmicas próprias, plenas de criatividade e deixadas no Mediterrâneo. É o caso da Cristandade Ocidental européia, Civilização Bizantina e da Mulçumana” (AQUINO [et al], 1980, p. 285). A complexidade do assunto deixa ampla margem para as várias abordagens e compreensões. No entanto,

Ao estudarmos o Mundo Medieval, ou seja, as sociedades que se desenvolveram na Idade Média, verificamos que, para compreensão da evolução daquelas sociedades, não podemos limitar-nos ao período entre o século V e o século XV. [...] a sociedade feudal não se limita apenas a Idade Média. A formação do feudalismo europeu durou cinco séculos. Somente no século X estava organizada a sociedade feudal. [...] A sociedade feudal não terminou com o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna; entre os séculos XVI e XVIII, a Europa viveu o período de transição do

Feudalismo ao Capitalismo. E repare que, ao afirmamos isso, referimo-nos somente à Europa Ocidental, pois o Japão, por exemplo, o Feudalismo ainda sobreviveu até o século XIX (AQUINO [et al], 1980, p. 286-287).

Mas, não só o Japão, o feudalismo da Europa Oriental como é o caso da Rússia que sobreviveu a todos os seus precursores e contemporâneos até 1917 do século XX, sob as marteladas da Revolução Bolchevique. Desse modo, muito cuidado com a visão eurocêntrica de “transição” do mundo romano para o mundo feudal e deste ao do capitalismo. Pode parecer que o caminho e o modo sejam únicosna análise e compreensão das passagens de uma época a outra. O modelo de História Política,ou de História Econômica sim,mais não como vias únicas. Comenta Aquino (1980) que: “Não são as mudanças políticas – tradicionalmente usadas – que devem ser consideradas com prioridade, mas as *relações econômicas e sociais entre os homens, que constituem o ponto de partida para a compreensão do processo histórico*”(AQUINO [et al], 1980, p. 286).Embora o conselho seja para se evitar o componente político, como escopo de análise, o critério produtivista centrado nas relações econômicas, também não responde por si só como já foi visto, pois não conseguem dar conta do espectro e sua extensão que a ideia transição evoca.

Ressalva feita, no esboroamento do império, o século IV assistiu paulatinamente a “[...] ruralização da sociedade Ocidental, a falência das atividades mercantis e artesanais urbanas [...] redução da vida urbana pela ameaça e destruição de inúmeras cidades e o declínio demográfico [...] e a mortalidade por epidemias de peste e de fome”(AQUINO [et al], 1980, p286). Prosseguindo, o trem da história pontua outros eixos da ferrovia que conduzirá ao feudalismo europeu. Eis o gérmen caracterizador da nova sociedade:

Nos campos, as grandes propriedades tomam proporções gigantescas, ao mesmo tempo em que a população diminui. O sistema do ‘colonato’ se estabelece: o proprietário se reserva uma parte de seu domínio (sua *vila*) no centro do qual a insegurança obriga a fortificar seu castelo; no resto do domínio ele impõe o cultivo feito pelos camponeses ou ‘colonos’ aos concede terra. Estes colonos, que por vezes são bárbaros instalados no Império, tornam-se verdadeiros ‘servos’, presos à terra que não tem o direito de abandonar. Estes domínios tendem a viver de seus próprios recursos em economia fechada. Assim se esboça o sistema agrário que será o da Alta Idade Média (ARONDEL, M., apud AQUINO, [et al], 1980, p. 290).

A característica definidora da estrutura mental do homem deste tempo aparece com dupla face. Vicejada na cidade, as filosofias do Estoicismo e do Epicurismo, legados gregos, são apropriados pelos romanos. No geral, Roma não deixou nada

Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018 174

profundo para a edificação do espírito intelectual, além da estrutura política, administrativa e jurídica⁷. Nesse contexto, a relação do homem e os objetos naturais do mundo, apoiando-se em GUSDORF, lembra-nos Aquino (1980): “[...] a concepção que se tinha da relação entre o *ser que compreende e os seres compreendidos* se caracterizava por certa ausência de consciência que o sujeito possui nessa relação” (AQUINO [et al], 1980, p269). Traduzindo, o que isso significa, equivale dizer que “[...] a Natureza era uma presença e o sábio era, na verdade, apenas o guardião do que fosse revelado a ele pela Natureza” (AQUINO [et al], 1980, p. 286).

Finalizando, essa seção pontuará a lembrança sobre os eixos formadores da sociedade feudal. Numa cordata aceitação, os pesquisadores e estudiosos das origens do feudalismo, afirmam que a sociedade feudal se estrutura por sobre dois “pilares”: por um lado, dos escombros da sociedade romana; do outro, herda elementos das instituições da sociedade germânica. Desse modo, a chegada ao novo modelo social, é uma “fusão e transformação” das instituições das duas sociedades. Vejamos pelo lado romano:dele veio o “Benefício, o Colonato, o Patronato e a Villa”; Os germânicos contribuem com o “Comitatus”, a noção de “realeza”, entre outras. A enfeudação da Europa equivaleu a ruralização. A

⁷GUSDORF, G.,apud AQUINO, [et al], 1980, p269)
Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018

Villa constituirá as grandes parcelas fragmentadas. Mais tarde, os gigantescos feudos, e o castelo como fortificação, centro e termômetro da vida. O Patronato assume uma nova cara. É o Senhor Feudal, e o conjunto de recomendações como arranjo político. O colonato toma existência nas comunidades de terras cedidas por arrendamento sob a condição de um rosário obrigações. O benefício, outrora doação de terras de baixa produtividade por serviços prestados no império, na Idade Média, serve para o senhor manipular o servo no trabalho da terra, na gleba. Parcela do que era conseguida pelo trabalhador, destina-se ao Senhor Feudal. Três dias, o servo se obriga a trabalhar nas terras do amo. Essa racionalidade garantia ao senhor sua forma política de existir e de se sustentar e sua vida social. A terra, definitivamente era o elo dessa relação de dependência. Para encerrar, segundo Leo Huberman em História da Riqueza do homem, o que define a idade vem de um adágio popular, que pregava que não existe “Senhor sem terra, nem terra sem Senhor”.

4. O Encontro da Economia Feudal com o Capitalismo do Lado de Cá do Atlântico: História e cidade, novos eixos da travessia

Baixa Idade Média, esse é o nome da nova estação. O trem da história, partindo dela, aproxima-se do final da sua viagem. Até

agora as paisagens descritas no contexto da viagem formam os eixos que definiram a ultrapassagem da antiguidade ao nascimento da feudalidade medieval. O bilhete dessa viagem até ao capitalismo, seu preço e custo são altos. As aporias históricas quanto a melhor compreensão e entendimento do conceito de feudalismo, continua a ocupar historiadores e sociólogos.

A tarefa inicial coube a Werner Sombart, lá atrás no século XIX. Esse sociólogo reúne suas posições em torno do capitalismo. A princípio faz uso da retórica para referir-se a emergência do capitalismo para quem, era o empresário que fazia o capitalismo; para o capitalismo materializado, este “é quem faz o empresário”⁸. Essa ideia derivava da condição dos judeus que gozavam de “independência” em relação às restrições da igreja, por exemplo, a condenação da usura. Sombart, segundo Salinas (1987), admite a ideia de “espírito burguês”. Aquele autor orienta sua interpretação a partir de um aspecto do universo constitutivo do capitalismo, o “espírito de poupança”.

A impregnação de lemas, na literatura, no momento da emergência do capitalismo, do tipo: “Recordai sempre isto, meus filhos, nunca permitais que vossos gastos superem vossos

⁸SALINAS, Samuel Sérgio. Do Feudalismo ao Capitalismo: Transições. São Paulo: Editora Atual, 1987,p.31.

ingressos” nortearam os comentários de Sombart⁹. A partir do século XIX, as construções teóricas interpretando o novo modo de vida europeu, sucedem-se. Contemporâneo, Max Weber percorre outro caminho diferente daquele de Sombart. A “natureza do feudalismo” é a causadora ainda hoje de acaloradas discussões. Compreendem essa pendenga, correntes sociológicas, históricas e filosóficas. Resumidamente, para Weber, o feudalismo “puro” é o europeu,

“[...] no sentido da estereotipação e fixação das relações entre senhores e vassallos. Entendido *prima facie* como contrato para a prestação de serviço militar [...] E esta necessidade militar como fator determinante da organização social-econômica do feudalismo [...] como consequência da economia natural enquanto única forma possível de criação de um exército” (AQUINO [et al], 1980, p. 387).

Para Ganshof¹⁰, historiador medievalista francês, seu modelo de análise jurídico-político, o feudalismo é uma sociedade que se caracteriza pelo: a) desenvolvimento dos laços de dependência de homem para homem; b) uma classe de guerreiros especializados da hierarquia; c) parcelamento máximo do direito de propriedade; d) hierarquia dos direitos sobre a terra

⁹..... Do Feudalismo ao Capitalismo: Transições. São Paulo: Editora Atual, 1987, p. 33-35.

¹⁰ GANSHOF, F. L. Que é o Feudalismo. Lisboa: Portugal, 3. ed. Editora Europa América, 1974, p. 9-10-11.

correspondendo aos laços de dependência pessoal; e) parcelamento do poder público, criando em cada região uma hierarquia de instâncias autônomas para interesse próprio. Concepção esta, compartilhada por Aquino (1980), para quem essa atribuição devia ser de Estado.

Historiadores de outros matizes adotaram a superestrutura como modelo. Nesse caso, a “superestrutura política” definiria a sociedade feudal. O Estado não se corporifica, o papel e a função deste são assumidos por Condes, Duques etc. O prestígio e poder destes chegavam a serem majestáticos. O conceito “modo de produção”, legado de Marx e Engels por outro lado, abriga outros dois da economia política clássica: “as relações de produção e forças produtivas” que ajudam a assimilar o desenho da sociedade feudal e compreende-la como “modo feudal de produção”. Sob essas formulações, o feudalismo equivale admiti-lo como sinônimo de servidão para estudiosos adeptos desses conceitos.

Trazendo para a discussão, o pensamento geográfico contemporâneo“ sob os paradigmas da relação sociedade/natureza”, estes recompõem teoricamente, o duro esvaziamento ocorrido às cidades (século V ao X), ao tempo do final do império romano e no curso da Alta Idade Média. Processo que viabiliza a ruralização feudal da vida europeia ocidental. Uma conjugação de dois fenômenos que acompanham o homem há pelo

Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018 179

menos 10 mil anos, o “adensamento populacional e a urbanização”. Eles formam os ingredientes que ajudam a idade média na sua capitulação. O fator que instigou diretamente o crescimento populacional no início da Baixa Idade Média, as pesquisas apontam, a trégua dada pelas epidemias.

Encurtando a viagem de nosso trem, diga-se que o comércio renasce. Com seu ressurgimento, as cidades ganham expressão. De outro lado, a alimentação melhora e em maior quantidade, aumenta a expectativa de vida. Em efeito dominó, esse conjunto de fenômenos implicará noutro, o crescimento concomitante de mão de obra, puxando o aumento do consumo e pressionando a produção agrícola.

Inovações técnicas aliam-se a tudo isso. O efeito veio na forma de liberação de indivíduos da população crescente. Outras atividades econômicas entram em cena, exemplo nesse sentido, o artesanato e o comércio. Novas ideias, novos arranjos sociais vão tomado corpo. A culminância disso tudo, não é difícil de prever, foi o “renascer” da cidade. Mais quando o tema é a chegada da sociedade burguesa,

As linhas de investigação sobre a transição feudalismo–capitalismo convergem para a especificidade das formações sociais do feudalismo europeu, ou seja, do conjunto de condições que, inegavelmente, favoreceu o desenvolvimento do

comércio e a acumulação de dinheiro nas mãos de comerciantes que, estrategicamente, ocupavam posições privilegiadas para concentrar tais recursos(SALINAS,1987, p. 35).

A lição importante desse enunciado de Salinas é a ideia de acumular dinheiro em mãos dos estrategos. Assim, não havia melhor ambiente que o das cidades. Estas passam a ser o coração, doravante, da formatação do mundo que conhecemos hoje. Ela constituirá o termômetro da vida. Daí em diante o espaço da cidade será organizado tecnicamente por ambientes distintos, como casas de cambio, ainda que a igreja coibisse. Feiras especiais de artesanato (o embrião primevo da indústria) e outras atividades que logo os seus moradores comerciantes vem reivindicar a autonomia desses lugares denominados de burgos. Deriva desse conglomerado, o codinome “burguês”.Na base da sustentação desse modo de vida, viceja o comércio e as cidades. Esta situação destrona todo um modo de vida de base fundiária. Do que estamos falando? Da terra, especialmente a sua parte tecnicamente modificada pelo homem do campo. De seu interior emergem contradições que afetam a produção. Primeiro, a situação do servo, não orgulha ninguém. A produção do campo era o limite para a dinâmica da sociedade. O campo impunha o limite técnico/material, subjetivamente o produtor direto sentia que se

aumentasse a produtividade refletiria em mais benefícios econômicos para o senhor detentor da posse da terra.

Perigosamente, uma triangulação emerge. Esta gera uma tensão de classes no interior do feudo agitando as sinapses silenciosamente. De um lado, o senhor proprietário da posse da terra, do outro, o camponês arrendatário e proprietário dos meios de trabalho, “contra regra” o servo, produtor direto, maior dependente. O dinheiro aparece na cena e como visgo em mãos de comerciantes, vira alvo dos três seguimentos o dizer de Salinas (1987):

A disputa por melhores condições, pela posse de instrumentos de produção, pelo aproveitamento coletivo dos campos, pelas sobras das colheitas, pela lenha colhida nos bosques, pelas pastagens etc. denota, examinados costumes locais que dispunham sobre estes assuntos, uma sutil luta de classes [...] luta em que a violência desempenhou, como em muitos outros momentos da história, papel ambíguo (SALINAS,1987, p. 35)

Mas, voltemos a falar da cidade, essa “centrífuga”, desse novo mundo tecnicizado e de novas e dinâmicas possibilidades. Em torno desta, as ideias e percepções de negócios, mais as visões de mundo e de homem começam a mudar. Isto porque, “[...]norteada segundo algumas hipóteses: a realidade material e social de cada época influencia as visões de mundo, as visões de mundo, por sua

vez, condicionam a maneira como a sociedade visualiza e interpreta a natureza [...] A visão de uma natureza universal, dinâmica e ao contrário, a natureza vista como um outro ser, objeto de intervenção pela sociedade, são visões que têm origens nos povos primitivos, na Grécia Antiga, na Europa Medieval, na Europa Renascentista, entre outras"(CIDADE, apud BELUSSO, 2007, p.195).

Imaginemos a possível criação de uma ponte ligando Lisboa, Portugal, ao Recife, Brasil. A travessia será de trem. Para que nosso trem imaginário da História faça o transcurso sem os transtornos das caravelas. Feita a travessia, olhemos o cais do porto e como se dará o desembarque das mercadorias migradas para a nova estação. O relatório de registro dos produtos feito pelo chefe da estação é longo. Desse modo, precisamos pontuar aqueles mais significativos aqui desembarcados. Os mais importantes permitirão alcançar a imagem indistinta dos habitantes da nova estação, como também a forma como vivem.

As coisas em sua existência na realidade, assim como os móveis sociais da história, possuem uma *gênese*. Os registros do chefe permitem em linguagem panorâmica listar e avaliar a carga. Vejamos a lista: O primeiro aparecer no alicerce da estrutura são os homens distintos espadas, cruz e braços. Em seguida, com o

afluxo de terras, a ideia de extração de madeira e outros elementos naturais. O segundo elemento da estrutura, a exploração do trabalho nativo, índios; As capitânias foram distribuídas e em seguida o homem negro da África é trazido. Esta estrutura permite assim que a nova Estação Brasil se ligue a Lisboa e restante da Europa.

A redescoberta e implantação da antiga forma de exploração do trabalho escravo criam para isto, um circuito sináptico próprio com dois elementos, um comércio que o alimento, o tráfico de homens, mulheres e crianças, e uma natureza “virgem” com tudo pela frente, incluindo ainda homens nativos. Nela foram jogados e subjugados, índios e pessoas de cor negra. Relatos de viajantes e científicos sobre os registros apontam para o que a sociologia clássica denomina de forma pré-capitalista de exploração do trabalho. Assim, a imagem inicial da Estação Brasil é de exploração pura e simples. Não existe a rigor, neste momento, uma colonização. A escravidão era a argamassa de toda estrutura. Portanto, não há ainda de fato uma aparente acumulação primitiva ou originária de capital. A gestação ocorre no instante da “[...] produção escravista colonial, cuja dinâmica própria atribuo uma determinação fundamental” (GORENDER, 1981, p. 07-08).

Para toda genealogia, a antecede uma história genética. Trata-se de uma duração tensa e longa. É o caso clássico ocorrido na *Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018*

Inglaterra. Ao iniciar sua explicação sobre “O segredo da acumulação primitiva”, no Capítulo XXIV, de *O Capital*, Marx (1984) afirma:

A acumulação de capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação “primitiva” [...] Essa acumulação desempenha na Economia Política um papel análogo pecado original na teologia (MARX, 1984, p. 261).

Reafirmando, o modo capitalista de produção não foi diferente. Afirma Gorender (1981): “[...] qualquer que seja a via pela qual se processe, tem sempre uma precedente – a da acumulação originária (também chamada primitiva) do capital [...] não se baseando, portanto, na produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho assalariado livre” (GORENDER, 1981, p. 08). A longarina, ou ponto sináptico, aponta Marx para o “movimento”, que podemos entender como dialético. Nesse caso, o movimento é tenso e tem um destino, a reprodução ampliada da mais-valia e a consolidação da economia capitalista.

Deslizemos nosso trem por novos trilhos férreos. A estação que desponta no século XIX é do lado de cá do “novo mundo”, é a estação Brasil. Estamos em plena Abertura dos Portos (1808) e a *Revista Diálogos – n.º 19 – mar./abr. – 2018*

independência Política do país (1822), embora uma parte da acumulação tendo ficado na colônia, ainda pertencente ao Reino de português, politicamente nada tenha se alterado, “[...] na essência do modo de produção dominante na formação social vigente do Brasil”, assim afirma Jacob Gorender, (*A Burguesia Brasileira*, 1981, p. 09). Segundo este autor, 2.500.000 escravos, era esse número de homens trazidos da África até e não, de uma média, de insignificante varável que fazia a máquina econômica colonial brasileira funcionar, paralelamente à prosperidade cafeeira na esfera da independência, realizando a acumulação de capital mercantil, somado ao fator expansão escravista. A isso, some-se a criação do Estado Nacional sob a hegemonia e controle da elite escravagista que repercute “[...] no fortalecimento da burguesia mercantil, e mais tarde sobre o aparecimento dos primeiros núcleos da burguesia industrial” (GORENDER, 1981, p. 10). Esse quadro refletirá nos seguintes pontos sinápticos: a) eliminação da intermediação do elemento parasita do comércio português; b) o recolhimento de impostos em favor de Portugal passa a integrar o orçamento do Estado nacional brasileiro; c) artigos de importação duráveis e de consumo tornam-se mais baratos; d) funções estatais (a burocracia) transferem-se de Lisboa para o Brasil. Todo esse conjunto fez do Rio de Janeiro a “locomotiva” administrativa do

país, além do crescimento da renda circulante e dos centros comerciais ligados aos portos do Brasil.

5. O Encontro de duas grandes sinapses explicativas para o capitalismo brasileiro

Sob a ideia de transição, o caso brasileiro para a chegada do capitalismo se submete a duas forças teóricas em tensão. De um lado, os que defendem a formação do capitalismo brasileiro, tendo como ponto de partida o chamado “exclusivo português”. Ferramenta constituinte do monopólio de comércio das economias européias ao tempo do “sistema colonialista” mundial. Seus defensores, a exemplo de Professores como Fernando Antônio Novaes, João Manuel Cardoso Mello e o Professor Afrânio Mendes Catani, pesquisadores de larga produção, alicerçam suas análises tendo por base as ideias de Max Weber. De outro, aqueles de linhagem marxista, para quem as divergências cingem-se às concepções de ordem teórica. Para os primeiros, a formação social e capitalista brasileira é determinada pela dinâmica econômica exterior ao Brasil. Ou seja, o sistema colonial europeu como fator determinante. Para o segundo grupo, no circuito do exclusivo colonial português, ocorre no interior da colônia, uma acumulação de capital no âmago do “escravismo colonial”. Daí, segundo estudiosos como Jacob Gorender discordam. O capital acumulado através do trabalho escravo veio a gerar um acúmulo suficiente para gerar um grupo mercantil e que posterior veio desses

indivíduos emergir um grupo empresarial. Essas tensões sinápticas ainda não cessaram de transmitirem mutuamente mensagens, ainda que nervosas historicamente.

Considerações finais

Conforme vimos, o termo transição implica algumas dificuldades. O que podemos concluir é que o mesmo tornou-se tão usual que aparenta ser óbvio o estudo sobre a sociedade, seja ela a feudal ou outra formação social qualquer em seu encerramento. Toda mudança trás consigo os elementos que farão parte do todo da nova estrutura. Mesmo que para isso os fatores sejam externos, como as invasões, no caso romano. Mas as dimensões são mais culturais e menos econômicas. Ainda assim, por princípio, esses elementos exteriores ao corpo, são de alguma forma, responsáveis pela mudança. O alcance da análise sobre o tema, não se esgota em uma pequena discussão como a apresentada aqui. Portanto, o termo transição aplicado ao assunto nos remete ao movimento dialético que o termo transição abriga. Essa condição é mais ou menos uma representação que podemos fazer do todo, a partir do movimento que a imagem nos fornece da ideia de mudança. Ou seja, um corpo em movimento para sair de um estado de coisa a outro estado, todas as suas partes constituintes se alteram de maneira sináptica

em movimentos variáveis e aleatórios, implicando a condição qualitativa e quantitativa na direção de outro estado. Essa imagem é a que podemos pensar em relação a transição da sociedade feudal para o modo capitalista de produção

REFERÊNCIA

AQUINO, Rubim Santos Leão. *História das Sociedades: Das comunidades primitivas as sociedades medievais*. Rio de Janeiro: 10. ed. Editora Ao Livro Técnico, 1980, 456p.

BELUSSO, Diane. Visões de mundo, visões da natureza, paradigmas da geografia. *Revista Formação*, nº 14 volume 1-p.105-197 in www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/Belusso.pdf

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo*. São Paulo: 14. ed. Ed. Brasiliense, 1984, 138p.

GORENDER, Jacob. *A burguesia Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, 113p.

GANSHOF, F. L. *Que é o Feudalismo?* Porto: Portugal, Publicações Europa América, Col. Europa América, 1974, 223p.

KUJAWSKI, Gilberto. *A Crise do Século XX*. São Paulo: 2a ed. Ed. Ática, 1991, 250p.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Col. Os Economistas, V. 1, Tomo 2, Editora Abril Cultural, apresentação Jacob Gorender, 1984, 295p.

SALINAS, Samuel Sérgio. *Do Feudalismo ao Capitalismo: Transições*. São Paulo: Ed. Atual, 1987, 63p.